



A Paz é Possível  
em Timor Leste

## A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR LESTE

Este grupo teve origem num convite do CIDAC em 1982 com o fim de aproveitar uma visita do Papa a Portugal para interpelar a(s) Igreja(s) sobre a questão de Timor-Leste.

Passada a visita do Papa o pequeno grupo resolveu continuar o trabalho iniciado adoptando como nome “A Paz é Possível em Timor-Leste” (APPTL) inspirado pelo tema do Dia da Paz lançado anos antes pelo Papa Paulo VI.

O alargamento da acção fez-se através de pessoas e organizações católicas e protestantes sensíveis às questões de justiça e/ou às questões internacionais, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Querendo mais do que tudo dar voz aos Timorenses, o grupo procurou as informações vindas de Timor – muito raras nessa altura – e estabeleceu ligações com os refugiados que começavam a chegar a Portugal através da Cruz Vermelha Internacional.

Encorajaram-se organizações católicas estrangeiras credenciadas a manifestar solidariedade com a Igreja de Timor. A Comissão Justiça e Paz francesa e a “Mission de France” escreveram neste sentido a Mons. Martinho da Costa Lopes e a Mons. Belo.

Em 1983 a chegada de Dom Martinho a Lisboa, “expulso” de Timor, foi uma inesperada oportunidade para enviar uma testemunha reconhecida de visita a organizações católicas europeias. A ligação foi facilitada pelos contactos já estabelecidos e a Comissão Justiça e Paz francesa fez o convite. A resposta de Mons. Belo à mesma comissão: “*esta solução deveria incluir, antes de tudo, o respeito do direito de um povo à autodeterminação*” confirmou que a questão devia ser colocada ao nível político.

Neste mesmo ano de 1983 começaram a realizar-se as “Conferências Europeias sobre Timor-Leste” que juntaram importantes organizações católicas e protestantes para coordenar os seus esforços. O encontro de 1988, realizado em Lisboa, permitiu que refugiados Timorenses testemunhassem directamente perante os participantes sobre as violações de que tinham sido vítimas. A APPTL organizou também as intervenções de dezenas de refugiados, durante vários anos, perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

Em 1987 Dom Manuel Martins, bispo de Setúbal, acolheu com satisfação a sugestão de participar no debate da Comissão de Descolonização da ONU, em Nova Iorque, sobre Timor. Em 1989 foi Mons. Belo quem apelou ao Secretário Geral da ONU para promover um referendo de autodeterminação e, não obtendo resposta, pediu ao bispo Manuel Martins para intervir junto do Secretário Geral. Para reforçar este apelo a APPTL propôs e organizou uma campanha encabeçada por este bispo que recolheu assinaturas de 167 bispos de vários países.

Os documentos vindos da resistência clandestina, da resistência armada e também por via de missionários foram essenciais ao longo dos anos. Traduzidos e tratados permitiram atingir um público mais vasto pela publicação dum boletim mensal em português, francês e inglês. Ao fim de alguns anos o boletim em francês foi distribuído em França pela ASTO (Associação de Solidariedade Timor Oriental) enquanto a versão inglesa foi incluída no “Timor link” do CIIR no Reino Unido.

Ocasionalmente publicaram-se cadernos especiais, como as listas das vítimas do massacre de Santa Cruz, elaboradas a partir de múltiplas listas saídas de Timor e que conduziram a ONU a adoptar o número de 271 mortos.

Em conjunto com a CDPM (Comissão para os Direitos do Povo Maubere) publicou-se “East Timor News” e depois dos Acordos de 1999, o “Observatório Timor-Leste” em português, inglês e francês.